

**TÊXTIL RENAUXVIEW S/A**  
**CNPJ/MF: 82.982.075/0001-80**  
**NIRE: 4230000949-1**  
**Companhia Aberta**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**30 DE SETEMBRO DE 2021**  
**(Em milhares de reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia atua preponderantemente no ramo têxtil, principalmente na produção de fios de algodão para consumo próprio e tecidos de algodão. Suas ações são negociadas na B3 sob os códigos TXRX3 e TXRX4. Está sediada na cidade de Brusque-SC na Rua do Centenário nº 215.

Conforme divulgado em Fato Relevante, no mês de março do ano de 2018 houve alteração no controle acionário da Companhia. Em decorrência disso, as ações ordinárias da Companhia foram objeto de Oferta Pública registrada na CVM em 04 de outubro de 2018 sob o nº CVM/SRE/OPA/ALI/2018/003, tendo a B3 autorizado a realização da operação em seu Sistema Eletrônico de Negociação em 03 de outubro de 2018. O encerramento da OPA aconteceu no mês de novembro de 2018.

Continuidade operacional

A companhia apurou prejuízos até setembro de 2021, no montante de R\$ 898, apresentando um saldo de prejuízos acumulados de R\$ 331.881 (R\$ 330.543 em dezembro de 2020). Nesse contexto, a companhia apurou um passivo a descoberto em 30 de setembro 2021 no montante de R\$ 311.100 (R\$ 309.729 em 31 de dezembro de 2020). Este cenário é decorrente, basicamente, de dívidas tributárias, empréstimos e financiamentos e debêntures.

Em relação aos débitos tributários, efetuou no ano de 2017 a adesão ao PERT, conforme descrito na nota explicativa nº 27. Nos anos de 2018 a 2021, dando continuidade ao plano de saneamento de suas dívidas, a Companhia manteve em dia tal parcelamento. A expectativa é pela manutenção deste cenário, resultando assim no equacionamento de seus débitos tributários.

Já em relação às principais dívidas financeiras, a empresa implementou em 28 de fevereiro de 2019 uma importante decisão que há muito vinha sendo estudada. Todos os detalhes estão descritos na Nota Explicativa nº 29.

A reversão do atual cenário (passivo a descoberto), depende do sucesso destas estratégias.

**EFEITOS DO CORONAVÍRUS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, declarou como pandemia mundial o surto causado pela doença Sars-CoV-2, o novo Coronavírus. Tal evento culminou em decisões significativas de entes do poder público e privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos, e geraram impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações da Companhia.

A Companhia acompanhou de perto suas operações e adotou as medidas necessárias para minimizar os impactos causados pela COVID-19, principalmente no que tange à preservação da saúde e integridade dos colaboradores, tal como na adequação à demanda operacional imposta por este cenário. As principais medidas adotadas em resposta à pandemia foram:

- Suspensão dos contratos de trabalho e redução de carga horária, nos termos dispostos na Medida Provisória nº 936/2020 convertida na Lei 14.020/2020;
- Sistema de *Home Office* para as atividades possíveis;
- Afastamento dos casos incluídos em grupos de risco;
- Monitoramento na entrada de cada turno com medição de temperatura e verificação de sintomas;
- Orientações gerais sobre sintomas e procedimentos;
- Cancelamento de workshops e treinamentos internos;
- Suspensão de viagens;
- Uso de máscaras;
- Formação de um comitê para acompanhamento constante da evolução da situação.
- Cumprimento das disposições dos decretos do Estado de Santa Catarina, do Município de Brusque e da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Os meses julho, agosto e setembro mantiveram a retomada nos pedidos de venda, fator este que consolidou um aumento de 13,5% nas receitas do 3º trimestre de 2021 frente ao desempenho observado no 2º trimestre de 2021. Quando comparado ao mesmo período do ano anterior, o incremento nas receitas foi de 80%. Marcando assim a saída da Companhia de um cenário de crise para um panorama de forte retomada no seu desempenho.

Apesar das dificuldades impostas pela crise nos períodos anteriores, a Companhia mantém o pressuposto de continuidade de suas atividades, permanecendo ainda atenta no intuito de que os efeitos anteriormente descritos sejam os menores possíveis.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **a) Declaração de conformidade em relação às normas IFRS e às normas do CPC**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

### **b) Autorização para conclusão das demonstrações financeiras**

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 10 de novembro de 2021.

### **c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **d) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas financeiras adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 18 – Provisão para contingências

Nota 26 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

## **3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

### **a) Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e sua controlada Renauxview Ltda., onde o investimento corresponde a 99,99% (99,99% - 2020).

A consolidação ocorre em conformidade com o estipulado pela Lei nº 6.404/76 e as devidas alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, bem como pelos critérios previstos pelo CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a empresa consolidada;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da empresa controlada;

- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

## **b) Moeda estrangeira**

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

## **c) Instrumentos financeiros**

### **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

### **i) Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda

por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras.

## **ii) Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, descontadas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, com exceção dos depósitos judiciais descritos na nota explicativa nº 8.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

## **d) Caixa e equivalentes de caixa:**

**i) Caixa e bancos conta movimento:** incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor;

**ii) Aplicações financeiras:** estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras e referem-se a aplicações em renda fixa.

## **e) Contas a receber de clientes**

São registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A estimativa de perdas para devedores duvidosos foi constituída em montante suficiente pela Administração para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos, sendo, como regra geral, considerados para provisão os títulos vencidos há mais de 90 dias. Negociações iniciadas dentro deste período, mesmo que ainda em andamento, não são consideradas para provisão de perdas. O saldo de contas a receber de clientes ainda está líquido do ajuste a valor presente.

## **f) Estoques**

Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não supera o valor de mercado. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques.

No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui os custos gerais de fabricação. A Administração não tem expectativa de perda sobre os valores de estoques.

## **g) Imobilizado**

### **i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando existentes. Nos casos em que houve reavaliações, estão mantidas.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de ganhos de capital no resultado.

### **ii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

### **iii) Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

## **h) Ativo intangível**

### **i) Reconhecimento e mensuração**

A Companhia possui somente softwares como ativos intangíveis. Todos são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

## **ii) Amortização**

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

## **iii) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

## **i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

### **i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de estimativa de perdas contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

## **ii) Ativos não financeiros**

Os valores financeiros dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

## **j) Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

## **k) Receita operacional - venda de produtos**

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

## **l) Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre atrasos de recebíveis, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção também são contabilizados no resultado.

## **m) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.



#### n) Apresentação dos segmentos operacionais

As informações avaliadas pelo principal tomador de decisões operacionais são baseadas na atividade principal da Companhia, que é operação de tecelagem e beneficiamento de tecidos planos. Desta forma, o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões é consistente com as demonstrações financeiras, uma vez que existe um único segmento operacional. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho é a Administração da Companhia e o Conselho de Administração, responsáveis inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>30/09/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Caixa	12	19	12	19
Bancos conta movimento	33	122	45	128
Aplicações financeiras	23	22	23	22
<b>TOTAL</b>	<b>68</b>	<b>163</b>	<b>80</b>	<b>169</b>

#### 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

##### a) Controladora e Consolidado

	<b>30/09/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Clientes	39.098	27.415
(-) Provisão para perdas	(4.468)	(6.799)
(-) Receita não realizada IRFS 15	(24)	(1.691)
(-) Ajuste a valor presente	(333)	(62)
<b>TOTAL</b>	<b>34.273</b>	<b>18.863</b>

\* Ver Nota Explicativa 22

##### b) Aging List

<b>Prazo</b>	<b>Vencidas</b>		<b>A Vencer</b>	
	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
0 - 30 dias	615	10,58%	11.457	34,42%
31 - 60 dias	114	1,96%	8.123	24,41%
61 - 90 dias	51	0,88%	5.512	16,56%
Acima de 90 dias	5.034	86,58%	8.192	24,61%
<b>TOTAL</b>	<b>5.814</b>	<b>100,00%</b>	<b>33.284</b>	<b>100,00%</b>

## 6. ESTOQUES

### Controladora e Consolidado

	30/09/2021	31/12/2020
Produtos acabados	16.986	17.345
Produtos em elaboração	25.666	15.824
Materiais diretos	11.463	7.998
Materiais de consumo	1.838	2.650
Importação em andamento	1.373	914
<b>TOTAL</b>	<b>57.326</b>	<b>44.731</b>

A administração da Companhia não tem expectativa de perdas relevantes sobre os saldos finais de estoques. As perdas esperadas já foram reconhecidas no resultado do exercício.

## 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

### a) Circulante

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
IPI	47	17	47	17
ICMS	174	192	174	192
PIS/COFINS	163	171	1164	173
IRPJ/CSLL	131	131	133	132
Excl.ICMS base Contrib.	7	4.833	7	4.833
Outros	14	13	14	13
<b>TOTAL</b>	<b>536</b>	<b>5.357</b>	<b>539</b>	<b>5.360</b>

### b) Não circulante - Controladora e Consolidado

	30/09/2021	31/12/2020
COFINS (multa)	-	32
PIS/COFINS	604	604
ICMS	177	267
<b>TOTAL</b>	<b>781</b>	<b>903</b>

\* Valor referente reconhecimento de crédito de PIS e COFINS decorrentes da exclusão de ICMS das respectivas bases de cálculo, das competências 10/1992 a 03/1999, o qual transitou em julgado o direito através do processo 0033063-65.2002.4.01.3400/DF. O crédito foi habilitado junto à RFB através do despacho decisório nº 826/2020/CREDJUD/DICRED/DRFVR09A.

## 8. DEPÓSITOS JUDICIAIS - Controladora e Consolidado

### a) Ativo não circulante

	30/09/2021	31/12/2020
Marinha Mercante	-	171
Processos trabalhistas	60	139
PRODEC	356	356
Outros	43	60
<b>TOTAL</b>	<b>459</b>	<b>726</b>

### b) Passivo não circulante

	30/09/2021	31/12/2020
Processos trabalhistas	60	139
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>139</b>

## 9. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia mantém também débitos fiscais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL constituídos sobre os ajustes de avaliação patrimonial (AAP) sobre itens do imobilizado.

Desta forma, seguindo o que regulamenta o CPC 32, parágrafo 74, item b, número ii, a Companhia está apresentando estes valores pelo seu valor líquido de realização (tributos diferidos ativos (-) tributos diferidos passivos), em função dos mesmos estarem relacionados com tributos sobre o lucro gerados pela mesma autoridade tributária. Em 30 de junho de 2021, a situação na **Controladora** era a seguinte:

	30/09/2021	31/12/2020
<b>a) Tributos diferidos ATIVOS</b>		
Imposto de Renda PJ	470	482
CS sobre Lucro Líquido	169	174
<b>SUBTOTAL</b>	<b>639</b>	<b>656</b>
<b>b) Tributos diferidos PASSIVOS</b>		
Imposto de Renda PJ	(470)	(482)
CS sobre Lucro Líquido	(169)	(174)
<b>SUBTOTAL</b>	<b>(639)</b>	<b>(656)</b>
<b>LÍQUIDO DE REALIZAÇÃO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

No terceiro trimestre de 2021 foram reconhecidos no resultado da Controladora o montante de R\$ 6 mil referente à despesa com tributos diferidos em função da baixa por expectativa de realização. A Controladora também possui valores contabilizados como tributos diferidos passivos. Em 30 setembro de 2021, a situação **Consolidada** da Companhia era a seguinte:

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>a) Tributos diferidos ATIVOS</b>		
Imposto de Renda PJ	470	482
CS sobre Lucro Líquido	169	174
<b>SUBTOTAL</b>	<b>639</b>	<b>656</b>
<b>b) Tributos diferidos PASSIVOS</b>		
Imposto de Renda PJ	(766)	(779)
CS sobre Lucro Líquido	(276)	(280)
<b>SUBTOTAL</b>	<b>(1.042)</b>	<b>(1.059)</b>
<b>LÍQUIDO DE REALIZAÇÃO</b>	<b>(403)</b>	<b>(403)</b>

#### 10. ATIVOS NÃO UTILIZADOS NA ATIVIDADE OPERACIONAL – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Em função de decisões estratégicas relacionadas a melhorar a capacidade produtiva da Companhia, ao longo do tempo algumas máquinas e equipamentos são desativados na produção. Atualmente os mesmos compõem o conjunto de garantias nas execuções movidas contra a companhia. Em 30 de setembro de 2021 (Controladora e Consolidado), perfaziam o montante de R\$ 3.719 mil (31/12/2020 – R\$ 3.719 mil).

#### 11. INVESTIMENTOS

##### a) Participação em controlada: Renauxview Ltda

	<u>Quantidade</u> <u>Cotas Possuídas</u>		<u>Porcentagem de</u> <u>Participação</u>		<u>No Patrimônio</u> <u>Líquido</u>		<u>Participação</u> <u>no Resultado</u>	
	<u>30/9/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>30/9/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>30/9/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>30/9/21</u>	<u>31/12/20</u>
Renauxview Ltda.	99.998	99.998	99,99	99,99	1.192	1.083	110	159

##### b) **Saldos e transações com controlada: Renauxview Ltda**

As demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com empresa controlada:

<b>Direitos</b>		<b>Obrigações</b>	
<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
438	555	-	-

  

<b>Receitas</b>		<b>Despesas</b>	
<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>

As transações com a Renauxview Ltda. referem-se à prestação de serviços a preço e em condições de mercado que lhe permitam adequada rentabilidade.

## 12. IMOBILIZADO

A Companhia procede a avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e 11.941/09 e atendendo a Deliberação nº 583 de 31 de julho de 2009 e Deliberação nº 619 de 22 de dezembro de 2009 da CVM que aprovaram os CPC 27 e ICPC 10. Para determinar a estimativa de vida útil do ativo imobilizado e valor residual, os técnicos da Companhia analisaram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica e a experiência da Companhia com seus ativos.

	Controladora			Consolidado		
	30/09/2021			31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido Líquido
Terrenos	55.027	-	55.027	54.027	57.076	56.076
Imóveis	33.463	(4.529)	28.934	29.218	28.934	29.218
Máquinas de Grande Porte	77.413	(53.544)	23.869	26.146	23.869	26.105
Veículos	1.116	(889)	227	220	227	324
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	11.006	(10.433)	573	708	573	708
Outras Imobilizações	2.230	(1.974)	256	255	256	319
Imobilizado em Andamento	462	-	462	429	462	302
Adiantamento a fornecedores	39	-	39	135	39	135
<b>TOTAL</b>	<b>180.756</b>	<b>(71.369)</b>	<b>109.387</b>	<b>111.137</b>	<b>111.436</b>	<b>113.187</b>

### Taxas médias de depreciação/amortização

Terrenos	0,0%
Imóveis	2,5%
Máquinas de Grande Porte	10,0%
Veículos	20,0%
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	10,0%
Outras Imobilizações	20,0%
Direitos de Uso	20,0%

### 12.1. Movimentação do custo corrigido – Controladora

	Controladora				
	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	30/09/2021
Terrenos	54.027	1.000	-	-	55.027
Imóveis	33.141	-	(1)	323	33.463
Máquinas de Grande Porte	77.413	-	-	-	77.413
Veículos	1.057	4	-	55	1.116
Máquinas, equipamentos e	10.675	148	(21)	204	11.006
Outras Imobilizações	2.147	104	(21)	-	2.230
Imobilizado em Andamento	429	634	(19)	(582)	462
Adiantamento a fornecedores	135	258	(354)	-	39
<b>TOTAL</b>	<b>179.024</b>	<b>2.148</b>	<b>(416)</b>	<b>0</b>	<b>180.756</b>

## 12.2. Movimentação da depreciação acumulada – Controladora

	Controladora				
	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	30/09/2021
Imóveis	(3.923)	(606)	-	-	(4.529)
Máquinas de Grande Porte	(51.266)	(2.277)	-	-	(53.543)
Veículos	(838)	(51)	-	-	(889)
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	(9.966)	(495)	27	-	(10.434)
Outras Imobilizações	(1.891)	(107)	24	-	(1.974)
<b>TOTAL</b>	<b>(67.884)</b>	<b>(3.536)</b>	<b>51</b>	<b>-</b>	<b>(71.369)</b>

## 13. INTANGÍVEL – Controladora e Consolidado

	30/09/2021			31/12/2020
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de Uso	4.855	(3.051)	1.804	1.813
Software em Andamento	-	-	-	56
<b>TOTAL</b>	<b>4.855</b>	<b>(3.051)</b>	<b>1.804</b>	<b>1.869</b>

### 13.1. Movimentação do custo corrigido

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transf.	30/09/2021
Direitos de Uso	4.650	149	-	56	4.855
Software em Andamento	56	-	-	(56)	-

<b>TOTAL</b>	<b>4.706</b>	<b>149</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.855</b>
--------------	--------------	------------	----------	----------	--------------

### 13.2. Movimentação da amortização acumulada

	<b>31/12/2020</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transf.</b>	<b>30/09/2021</b>
Direitos de Uso	(2.837)	(215)	-	-	(3.052)
<b>TOTAL</b>	<b>(2.837)</b>	<b>(215)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.052)</b>

### 14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>30/09/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Salários	1.787	1.119	1.791	1.121
Provisão para férias	3.387	2.040	3.395	2.047
Provisão para 13º salário	1.691	-	1.693	-
INSS e CPRB	795	2.261	797	2.265
FGTS	165	224	165	224
Salário educação - FNDE	52	218	52	218
SESI	31	131	31	131
SEBRAE	12	52	12	52
SENAI	334	398	334	398
Parcelamento - Leis 11.941/09	1.768	2.030	1.768	2.030
Outros	33	41	40	40
<b>TOTAL</b>	<b>10.055</b>	<b>8.514</b>	<b>10.078</b>	<b>8.526</b>

### 15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

#### a) Circulante

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>30/09/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
ICMS	645	295	645	295
ICMS parcelamento	1.244	1.014	1.244	1.014
ICMS - PRODEC	35.211	35.001	35.211	35.001
IPTU	634	1.358	634	1.358
IPTU Parcelado	4.096	5.875	4.096	5.875
ISS retido	19	15	19	15
IRRF/IRPJ/CSLL	1.431	4.841	1.437	4.846
PIS/COFINS/CSLL retidos	9	10	9	11
Parcelamentos CPRB RFB	1.892	2.163	1.892	2.163
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	981	1.102	981	1.102

Parcel. Previdenciário PGFN	568	236	568	236
Parcel. IR RFB	664	-	664	-
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN	879	1.150	879	1.150
Parcel. Lei 13.496/17 Outros Déb. RFB	1.910	1.874	1.910	1.874
Parcelamento - Lei 11.941/09 PGFN	662	868	662	868
(-) Tributos Receita não Realizada IFRS 15	-	(370)	-	(370)
<b>TOTAL</b>	<b>50.845</b>	<b>55.432</b>	<b>50.851</b>	<b>55.438</b>

\* Ver Nota Explicativa 27

\*\* Ver Nota Explicativa 22

	<b>Parcelas</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
Parcelamentos CPRB RFB	60	dez/19	nov/24
Parcelamentos CPRB RFB	60	out/18	set/23
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	60	jun/20	mai/25
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	60	out/18	set/23
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	60	dez/19	nov/24
Parcel. Previdenciário PGFN	60	dez/18	nov/23
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN	145	ago/17	jan/30
Parcel. Lei 13.496/17 Outros Déb. RFB	24	ago/17	jul/19
Parcelamento - Lei 11.941/09 PGFN	180	nov/09	out/24
Parcelamento - Lei 12.996/14 PGFN	180	ago/14	dez/29
Parcelamento IR RFB	60	jun/21	mai/26

Índice de atualização: SELIC

**b) Não circulante – Controladora e Consolidado – Parcelamentos de Tributos Federais**

	<b>30/09/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Parcelas</b>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
Parcel. Lei 11941/09 PGFN	1.380	1.970	180	nov/09	out/24
Parcel. Lei 11941/09 SESI/SENAI	254	337	180	nov/09	out/24
Parcel. Lei 12.996/14 - ADICION. SENAI	209	228	180	ago/14	dez/29
Parcel. Lei 12.996/14 - PREVIDENC. PGFN	11.619	12.788	180	ago/14	dez/29
Parcel. Adicional SENAI -N.01234/DN	-	12	60	mai/17	abr/22
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN	6.443	6.971	145	ago/17	jan/30
Parcelamentos CPRB RFB	1.514	2.598	60	out/18	set/23
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	174	299	60	out/18	set/23
Parcel. Previdenciário PGFN	259	418	60	dez/18	nov/23
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	1.392	1.835	60	dez/19	nov/24
Parcelamentos CPRB RFB	817	1.076	60	dez/19	nov/24
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	201	251	60	jun/20	mai/25
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	275	335	60	nov/20	out/25
Parcel. Previdenciário PGFN	835	-	60	mar/21	fev/25



Parcelamento IR RFB	2.435	-	60	jun/21	mai/26
<b>TOTAL</b>	<b>27.807</b>	<b>29.118</b>			
Índice de atualização: SELIC					

## 16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – Controladora e Consolidado

### a) Circulante

INSTITUIÇÃO	30/09/2021	31/12/2020
<b>* Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina</b>	<b>17.794</b>	<b>16.114</b>
Financiamento vencido em 25/07/2010. Garantia aval da diretoria, hipoteca de imóvel e alienação fiduciária de máquinas.	INPC + 1%am 17.794	INPC + 1%am 16.114
<b>** D&amp;D Administradora de Bens Ltda.</b>	<b>3.456</b>	<b>3.056</b>
Crédito cedido por diversos credores originais. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel. Vencimento final 31/12/2037	INPC 3.456	INPC 3.056
<b>BANCO DAYCOVAL</b>	<b>8.549</b>	<b>12.782</b>
Empréstimos de capital de giro	0,85%am 4.036	0,99%am 7.513
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,58% am 4.513	CDI + 0,57% am 4.166
EGF	9% aa -	9% aa 1.103
<b>BANCO SOFISA</b>	<b>4.994</b>	<b>4.751</b>
Empréstimos de capital de giro em dólar	12,5%aa 3.544	12,5%aa 3.487
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,50% am 1.450	CDI + 0,50% am 1.264
<b>MLBank</b>	<b>5.389</b>	<b>822</b>
Empréstimos de capital de giro	0,69%am 5.389	0,75%am 822
<b>CREDITISE FIDIC</b>	<b>4.207</b>	-
Empréstimos de capital de giro	0,65%am 4.207	-
<b>TOYOTA TEXTILE MACHINERY EUROPA AG</b>	<b>982</b>	<b>906</b>
Financiamento de máquinas, pagamentos semestrais	5,75%am 982	5,75%am 906
<b>MAXINVEST</b>	<b>508</b>	<b>924</b>
Empréstimos de capital de giro	1,02%am 508	1,02%am 924
<b>MURATA MACHINERY</b>	<b>371</b>	<b>342</b>
Financiamento de máquinas, pagamentos semestrais	5,75%am 371	5,75%am 342

<b>SULBRASIL FIDIC</b>			<b>1.505</b>
		-	
Empréstimos de capital de giro	0,75%am	-	0,75%am 1.505
<b>BANCO SAFRA</b>		<b>1.167</b>	<b>1.167</b>
Empréstimos de capital de giro	CDI +,53%	1.167	
Empréstimos de capital de giro	1,04%am	-	1,04%am 1.167
<b>Saldo negativo em contas correntes bancárias</b>		-	<b>115</b>
<b>REDASSET</b>		-	<b>1.997</b>
Empréstimos de capital de giro	0,85% am	-	0,85% am 1.997
<b>ATF CREDIT</b>		<b>600</b>	<b>-</b>
Empréstimos de capital de giro	0,79%am	600	-
<b>SICOOB</b>		-	<b>208</b>
Empréstimos de capital de giro		-	0,60%am 208
<b>ATLANTA - ATHENA FIDIC</b>		-	<b>174</b>
Empréstimos de capital de giro			1,1%am 174
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>		<b>48.017</b>	<b>44.863</b>

b) Não circulante

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>30/09/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>** D&amp;D Administradora de Bens Ltda.</b>	<b>126.734</b>	<b>119.275</b>
Crédito cedido por diversos credores originais. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel. Vencimento final 31/12/2037	INPC 126.734	INPC 119.275
<b>Banco Sofisa</b>	<b>3.141</b>	<b>3.686</b>
Empréstimos de capital de giro	CDI + 0,50% am 3.141	CDI + 0,50% am 3.686
<b>Banco Daycoval</b>	<b>1.964</b>	<b>2.864</b>
Empréstimos de capital de giro	1,14%am 1.964	1,14%am 2.864

<b>TOYOTA TEXTILE MACHINERY EUROPA</b>	-	<b>817</b>
Financiamento de máquinas, pagamentos semestrais	5,75%am -	5,75%am 817
<b>MURATA MACHINERY</b>	-	<b>309</b>
Financiamento de máquinas, pagamentos semestrais	5,75%am -	5,75%am 309
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>131.839</b>	<b>126.951</b>

\* Ver nota explicativa nº 29 – Plano de Recuperação Extrajudicial.

## 17. DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2004, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a emissão para distribuição pública em série única de 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas da espécie quirográfica, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil, perfazendo o montante total de R\$ 40.000 mil.

Em 30 de novembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a oferta das debêntures em nada seria afetada caso estas não fossem subscritas e integralizadas na sua totalidade. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição.

Em 15 de dezembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a manutenção da oferta estaria condicionada à subscrição e integralização, dentro do período legal de distribuição, de no mínimo 12.000 (doze mil) debêntures, equivalentes ao montante de R\$ 12.000 mil, considerado o valor nominal unitário na data da emissão. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição. Em 28 de dezembro de 2004 a Comissão de Valores Imobiliários – CVM concedeu o registro da operação.

As características das debêntures são:

Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00;

Vencimento final: 1º de setembro de 2010;

Atualização do valor nominal: base no IGP-M;

Pagamento do valor nominal: ocorrerá em cinco parcelas anuais conforme segue:

Parcela 1 - 1º de setembro de 2006 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 2 - 1º de setembro de 2007 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 3 - 1º de setembro de 2008 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 4 - 1º de setembro de 2009 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 5 - 1º de setembro de 2010 20% em relação ao total da emissão.

Pagamento da remuneração: semestralmente, a partir de 1º de março de 2005

Remuneração: 0,8355 % ao mês.

A remuneração das debêntures foi paga até o mês de setembro de 2006, e a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas, vencidas em setembro de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 não foram quitadas.

Foram negociadas 8.303 debêntures, as quais estão registradas nesta data pelo montante de R\$ 73.172 mil (31/12/2020 – R\$ 61.149 mil).

Em 25 de setembro de 2006, foi ajuizada pela Planner Corretora de Valores, a Execução da Emissão Pública de Debêntures que tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo.

Nesta ação, foram penhorados alguns bens da Companhia que foram suficientes para garantir a execução.

Após regular processamento do feito, a execução encontra-se em fase de discussão do cálculo do montante atualizado da dívida, em razão da divergência de interpretação da sentença pelas partes. A atualização está sendo calculada de acordo com a sentença segundo entendimento da Companhia, aplicando-se juros mensais de 1% correção monetária pelo IGP-M.

Para evitar-se quaisquer atos de constrição dos bens penhorados, a Companhia interpôs Agravo de Instrumento o qual foi julgado procedente em 12 de novembro de 2018, sendo que contra o Acórdão foi impetrado Recurso Especial por parte da Planner, ainda pendente de julgamento.

O processo de execução encontra-se suspenso por conta do Plano de Recuperação Extrajudicial em andamento. Ver nota explicativa nº 29 – Plano de Recuperação Extrajudicial.

## **18. PROVISÕES FISCAIS E CONTINGÊNCIAS**

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e suas custas. O valor considerado em 30 de setembro de 2021 foi de R\$ 98.879 mil (31/12/2020 – R\$ 98.492 mil).

### **18.1. Perda possível**

Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões financeiras, pois, estas não se constituem em perdas prováveis e estão assim distribuídas:

	<b>30/09/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Tributárias	50.459	50.459
Trabalhistas	1.122	1.122
Cíveis	301	301
<b>TOTAL</b>	<b>51.882</b>	<b>51.882</b>

- a) **Tributárias:** decorre de glosa de créditos tomados pela Companhia, e de encargos sobre estes créditos.
- b) **Trabalhistas:** decorre de reclamações de ex-funcionários reivindicando horas extras e demais verbas trabalhistas.
- c) **Cíveis:** decorre de pleitos de clientes pleiteando danos morais por supostos protestos indevidos e indenizações por entrega de mercadorias em desacordo com o pedido.

## 19. OBRIGAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS – Controladora e Consolidado

Estão registrados no balanço patrimonial, pelos valores originais acrescidos de juros contratuais:

INSTITUIÇÃO	30/09/2021		31/12/2020	
<b>Pessoas Físicas</b>				<b>2.783</b>
		<b>4.370</b>		
Mútuo - capital de giro. Vencimentos até 15/11/2024.	1,52am	4.370	1,52am	2.783

## 20. PASSIVO A DESCOBERTO

### a) Capital social

O capital social de R\$ 8.186.220,16 (oito milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e vinte reais e dezesseis centavos), é dividido em 4.259.280 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e oitenta) ações, sendo 1.456.603 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e três) ordinárias e 2.802.677 (dois milhões, oitocentos e dois mil, seiscentos e setenta e sete) preferenciais, sem valor nominal.

### b) Reserva de Incentivos fiscais

Reserva constituída no montante de R\$ 9.983 mil, com os benefícios fiscais decorrentes do Crédito Presumido de ICMS, do período 2012. Os ganhos oriundos deste benefício têm destinação específica de utilização.

## 21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
<b>RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>				
Vendas mercado interno	157.310	70.857	157.310	70.857
Vendas mercado externo	1.188	1.874	1.188	1.874
Serviços mercado interno	108	215	333	440
Efeito IRFS 15*	1.667	65	1.667	65
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>160.273</b>	<b>73.011</b>	<b>160.498</b>	<b>73.236</b>

Deduções da receita bruta	(40.407)	(18.346)	(40.422)	(18.361)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>119.866</b>	<b>54.665</b>	<b>120.076</b>	<b>54.875</b>

\* Ver Nota Explicativa 22

## 22. EFEITOS DO IFRS 15

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. A tabela a seguir resume o impacto da transição para o CPC 47 / IFRS 15 no resultado do período/exercício:

	31/12/2020	30/09/2021	Efeito líquido no resultado 30/09/2021
Receita	1.691	24	(1.668)
Custos	(976)	(18)	958
Tributo ICMS	(213)	-	213
Tributos PIS/COFINS	(157)	-	157
Comissões	(35)	-	35
<b>Efeito líquido</b>	<b>310</b>	<b>6</b>	<b>(305)</b>

O efeito ocorre em faturamentos realizados em 2021 e ainda em trânsito no dia 30/09/2021.

## 23. CUSTOS, DESPESAS E RESULTADO FINANCEIRO POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

### a) Custos e despesas – Controladora

	30/09/2021	30/09/2020
Pessoal (salários, benefícios e encargos)	26.898	17.410
Matérias primas e embalagens	27.526	13.002
Energia elétrica	11.503	5.907
Gastos gerais de fabricação	12.550	5.983
Comissões representantes	2.639	1.303
Fretes	1.164	773
Propaganda e promoção de vendas	465	257
Serviços de terceiros	5.607	4.741
Depreciação e amortizações	3.700	4.488

Outros custos e despesas	2.770	3.192
<b>Total</b>	<b>94.822</b>	<b>57.056</b>

Classificados como:

Custo dos produtos/serviços	75.900	41.613
Despesas com vendas	9.173	6.551
Gerais e administrativas	9.742	8.886
Outras despesas operacionais	7	6
	<b>94.822</b>	<b>57.056</b>

#### b) Resultado financeiro – Controladora

	30/09/2021	30/09/2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros recebidos	98	1.050
Variação cambial ativa	1.252	558
SELIC excl. ICMS Contrib.	33	4.279
Outras receitas	3	3
<b>Total da receita financeira</b>	<b>1.386</b>	<b>5.890</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos sobre empréstimos	(17.074)	(7.882)
Encargos sobre debêntures	(12.024)	(8.638)
Encargos sobre tributos *	2.563	2.175
Encargos sobre demais contas	(123)	(320)
Variação cambial passiva	(1.267)	(2.857)
Outras despesas financeiras	(479)	(184)
<b>Total da despesa financeira</b>	<b>(28.404)</b>	<b>(17.706)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(27.018)</b>	<b>(11.816)</b>

\* Reversão de contingências

#### 24. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

No 3º trimestre de 2021 as despesas com os administradores e conselheiros fiscais (Controladora e Consolidado) totalizaram R\$ 1.635 mil (2020 – R\$ 964 mil), sendo a distribuição por órgão:

- a) Conselho de Administração: 59 mil
- b) Diretoria: 1.281 mil
- c) Conselho Fiscal: 295 mil

#### 25. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações emitidas:

	<b>30/09/2021</b>	<b>30/09/2020</b>
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas		
Lucro (Prejuízo) - acionistas preferenciais	(591)	(8.472)
Lucro (Prejuízo) - acionistas ordinários	(307)	(4.400)
<b>TOTAL</b>	<b>(898)</b>	<b>(12.872)</b>
Quantidade de ações preferenciais emitidas	2.803	2.803
Quantidade de ações ordinárias emitidas	1.456	1.456
<b>TOTAL</b>	<b>4.259</b>	<b>4.259</b>
Resultado básico e diluído por ação		
Ação preferencial	(0,211)	(3,022)
Ação ordinária	(0,211)	(3,022)

## **26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

### **i) Gerenciamento de riscos**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de setembro de 2021 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- **Risco de crédito**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a estimativa de perda com clientes, para fazer face ao risco de crédito.



Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito.

- **Exposição a riscos de créditos – Consolidado**

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	80	169
Contas a receber de clientes	34.273	18.863
Outras contas a receber	1.587	1.633
<b>TOTAL</b>	<b>35.940</b>	<b>20.665</b>

A Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber.

A Companhia avalia também a necessidade de constituição de perdas para as contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição de estimativa de perda com clientes foi registrada na rubrica de despesas “Com vendas” na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de número adicional, os valores creditados na rubrica “Estimativa de perdas em clientes” são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

- **Garantias**

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

- **Risco de taxa de juros – Consolidado**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos. A Companhia possui os seguintes instrumentos de taxa variável:

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Empréstimos e Financiamentos	179.856	171.814
<b>TOTAL</b>	<b>179.856</b>	<b>171.814</b>

- **Risco de mercado**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do algodão e dos fios de algodão e fibra adquiridos de terceiros. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria prima.

- **Risco de liquidez**

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

- **Risco de taxa de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

- **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

## **ii) Instrumentos financeiros – valor justo consolidado**

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores financeiros apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

	30/09/2021		31/12/2020	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	80	80	169	169
Clientes e Outras Contas a Receber	35.860	35.860	20.496	20.496
Empréstimos e Financiamentos	179.856	179.856	171.814	171.814
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	(19.549)	(19.549)	(13.965)	(13.965)
Obrigações com Pessoas Ligadas	(4.370)	(4.370)	(2.783)	(2.783)

• **Contas a receber de clientes e outras, fornecedores e outras contas e encargos a pagar:**

Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

Diante do cenário de incertezas econômicas que a pandemia global causada pela COVID-19 desencadeou, a Companhia segue acompanhando possíveis impactos na liquidez de suas operações, com o objetivo de identificar e mensurar eventual necessidade de complemento na provisão de perdas com recebíveis apurada nos próximos meses.

• **Empréstimos, financiamentos e obrigações com pessoas ligadas:**

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores financeiros, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

## 27. PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA – PERT

No mês de agosto/17 a Companhia aderiu ao PERT conforme a Lei nº 13.496/17. Foram incluídos débitos Previdenciários e Não Previdenciários, tanto no âmbito da Secretaria da Receita Federal - RFB como da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Secretaria da Receita Federal - RFB:

- Demais Débitos: modalidade que permitia entrada de 24% em 24 parcelas e compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativo de CSLL. A consolidação aconteceu em dezembro de 2018.
- Débitos Previdenciários: modalidade que permitia entrada de 24% em 24 parcelas e compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativo de CSLL. A consolidação aconteceu em agosto de 2018.

Na PGFN:

- c) Demais Débitos – que eram inferiores a R\$ 15 milhões, a Companhia pode se beneficiar de compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativo de CSLL e descontos de multas, juros e honorários. A consolidação aconteceu em janeiro de 2018.
- d) Débitos Previdenciários a adesão permitiu o parcelamento em 145 vezes, após entrada de 20% em 5 parcelas. A consolidação aconteceu em agosto de 2017.

Tipos de Tributos	Valor antes adesão	Estorno de descontos de parcelamentos anteriores	Valor Adesão
Demais Débitos RFB	85.642	23.501	62.142
Débitos Previdenciários RFB	28.326	7.709	20.617
Demais Débitos PGFN	2.911	-	2.911
Débitos Previdenciário PGFN	17.031	-	17.031
<b>Total</b>	<b>135.386</b>	<b>31.210</b>	<b>104.176</b>

Tipos de Tributos	Valor Adesão	Quitação						
		Descontos	Compensação	Pagamento em espécie				
			BNCSLL/PF	2017	2018	2019	2020	a partir 2021
Demais Débitos RFB	54.794	-	41.643	4.422	5.356	1.784	-	1.588
Débitos Previd. RFB	20.617	-	15.669	1.714	2.093	1.141	-	-
Demais Débitos PGFN	2.911	1.132	1.633	146	-	-	-	-
Débitos Previd. PGFN	17.031	4.793	-	3.406	731	731	487	6.883
<b>Total</b>	<b>95.353</b>	<b>5.925</b>	<b>58.945</b>	<b>9.688</b>	<b>8.180</b>	<b>3.656</b>	<b>487</b>	<b>8.472</b>

## 28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco para cobrir eventuais sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos, danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 29. PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Conforme divulgado em Fato Relevante, a Companhia ajuizou em 28 de fevereiro de 2019, na Comarca de Brusque/SC, pedido de homologação judicial de plano de recuperação extrajudicial (“Plano de RE”), nos termos do artigo 163 e seguintes da Lei nº 11.101/05, em caráter de urgência, com base no artigo 122, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76, ad referendum da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia deliberou sobre a ratificação do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial da Companhia em 18 de março de 2019.

O Plano de RE abrange, unicamente os credores financeiros da empresa de dívidas contraídas em períodos anteriores ao ano de 2006, e não envolve fornecedores, funcionários e nem os bancos da operação atual, conforme demonstrado no quadro abaixo (em reais).

<b>CREDOR</b>	<b>CLASSE</b>	<b>VALOR</b>
Agência de Fomento do Estado de SC S/A - BADESC	Garantia real	13.545.981
D&D Administradora de Bens Ltda	Garantia real	44.318.032
Planner Corretora de Valores S/A (Agente Debêntures)	Quirografário	42.581.953
Vladimir Estanislau Walendowsky	Quirografário	2.607.717
D&D Administradora de Bens Ltda	Quirografário	70.213.890
<b>TOTAL</b>		<b>173.267.573</b>

Com o Plano de RE, a Companhia busca equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial, tal como reorganizadas na forma descrita no próprio Plano.

As informações relativas ao processamento do pedido de homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial, que teve seu último movimento em 04/03/2021, bem como outros fatos e informações pertinentes, serão oportunamente divulgadas na forma da legislação vigente.

### **30. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com o encerramento das Demonstrações Financeiras e com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 30 de setembro 2021.

Brusque/SC, 10 de novembro de 2021.

#### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

**ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA** - Presidente

**HEITOR RODOLFO DE SOUZA** - Conselheiro

**JAIR PACHECO** - Conselheiro

#### **DIRETORIA:**

**ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA** - Presidente

**MARCIO LUIZ BERTOLDI** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**CONTADORA:**

**MARTA CASTELLI**  
CRC SC 023.517/O-3

**CONSELHO FISCAL:**

**ANDRÉ CESAR URBAINSKI**  
**CLÁUDIA ANDONINI PELUSO RIBEIRO**  
**DARCI DEBASTIANI**  
**HÉLIO DA SILVA**  
**MARCELLO JOAQUIM PACHECO**